



20
22

Demonstrações contábeis
Redecard Instituição de
Pagamento S.A.

30 de junho de 2022

Redecard Instituição de Pagamento S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis relativas aos períodos de 30/06/2022 e 31/12/2021 para contas patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para resultado, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

São Paulo, 26 de agosto de 2022.

A Administração

Redecard Instituição de Pagamento S.A.

DIRETORIA

Diretora Presidente

Paula Magalhães Cardoso Neves

Diretores

Adriano Tchen Cardoso Alves

Angelo Russomanno Fernandes

Carlos Henrique Donegá Aidar

Gabriela Rodrigues Ferreira

José Geraldo Franco Ortiz Júnior

Rodrigo Andre Leiras Carneiro

Rubens Fogli Netto

Tatiana Grecco

Contador

Arnaldo Alves dos Santos

CRC 1SP210058/O-3

Sede: Rua Tenente Mauro de Miranda, 36, bloco D, 7º andar (parte), Parque Jabaquara - São Paulo - SP

Redecard Instituição de Pagamento S.A.**Balço Patrimonial***(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante e Não Circulante		96.022.220	100.297.412
Disponibilidades	2c I	560.293	425.129
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2c II	-	1.312.242
Aplicações no Mercado Aberto		-	1.312.242
Títulos e Valores Mobiliários	2c III, 3	17.289.925	24.093.317
Carteira Própria		17.289.925	24.093.317
Relações Interfinanceiras		77.320.594	73.540.248
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2c IV	77.320.594	73.540.248
Outros Créditos		803.334	895.110
Ativos Fiscais Correntes		458.334	462.520
Ativos Fiscais Diferidos	2c X, 5b I	114.831	123.194
Diversos	2c IV	230.169	309.396
Outros Valores e Bens	2c V	48.074	31.366
Despesas Antecipadas		48.074	31.366
Permanente		1.495.135	1.298.995
Investimentos	2c VI	684.413	669.810
Investimentos em Controladas e Coligadas		684.413	669.615
Outros Investimentos		133	1.283
(Provisões para Perdas)		(133)	(1.088)
Imobilizado	2c VII	475.700	372.543
Outras Imobilizações		1.664.936	1.517.579
(Depreciações Acumuladas)		(1.189.236)	(1.145.036)
Ágio e Intangível	2c VIII	335.022	256.642
Ativos Intangíveis		13.338.633	13.220.100
(Amortizações Acumuladas)		(13.003.611)	(12.963.458)
Total do Ativo		97.517.355	101.596.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Redecard Instituição de Pagamento S.A.**Balanço Patrimonial***(Em milhares de reais)*

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante e Não Circulante		54.190.721	56.751.422
Relações Interfinanceiras		8.916.706	13.317.168
Transações de Pagamentos	2c IV	8.916.706	13.317.168
Provisões	2c IX	73.812	71.119
Outras Obrigações		45.200.203	43.363.135
Obrigações Fiscais Correntes	2c IX, 2c X, 5c	605.523	248.057
Obrigações Fiscais Diferidas	2c X	4.028	3.172
Transações de Pagamentos	2c IV	41.254.079	39.840.050
Diversas		3.336.573	3.271.856
Patrimônio Líquido	6	43.326.634	44.844.985
Capital Social		29.305.271	29.305.271
Reservas de Capital		12.512.800	12.510.356
Reservas de Lucros		1.503.239	3.025.229
Outros Resultados Abrangentes	2c III	5.324	4.129
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		97.517.355	101.596.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Redecard Instituição de Pagamento S.A.**Demonstração do Resultado***(Em milhares de reais)*

	Nota	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Receitas da Intermediação Financeira		1.954.665	249.535
Operações de Outros Créditos		677.486	195.696
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.277.179	53.839
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		1.954.665	249.535
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		302.311	85.822
Receitas de Prestação de Serviços	2c XI, 4a	1.926.903	1.461.085
Despesas de Pessoal	4b	(215.368)	(220.265)
Outras Despesas Administrativas	4c	(893.466)	(814.912)
Despesas de Provisões		(20.711)	(35.303)
Provisões Cíveis		(10.436)	(8.759)
Provisões Trabalhistas		(10.258)	(28.769)
Provisões Fiscais e Previdenciárias		(17)	2.225
Despesas Tributárias	5a II	(255.054)	(117.531)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Investidas		13.293	10.385
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	4d	(253.286)	(197.637)
Resultado Operacional		2.256.976	335.357
Resultado não Operacional		4.748	246
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		2.261.724	335.603
Imposto de Renda e Contribuição Social	5a I	(756.959)	(116.347)
Devidos sobre Operações do Período		(748.699)	(110.571)
Referentes a Diferenças Temporárias		(8.260)	(5.776)
Participações no Lucro	7b	(2.238)	(1.178)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		1.502.527	218.078
Lucro / (Prejuízo) por Ação (Ordinárias) - Básico e Diluído R\$		1,43	0,24
Média Ponderada da Quantidade de Ações (Ordinárias) em Circulação - Básica e Diluída	6a	1.052.245.305	902.960.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Redecard Instituição de Pagamento S.A.**Demonstração do Resultado Abrangente***(Em milhares de reais)*

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo)	1.502.527	218.078
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	919	-
Variação de Valor Justo	1.458	-
Efeito Fiscal	(539)	-
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado)	-	(42)
Investidas	-	(42)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	276	-
Investidas	276	-
Total de Outros Resultados Abrangentes	1.195	(42)
Total do Resultado Abrangente	1.503.722	218.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Redecard Instituição de Pagamento S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 01/01/2021		3.865.210	12.506.309	950.306	4.178	-	17.326.003
Aumento / (Redução) de Capital		6.000.000	-	-	-	-	6.000.000
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria		-	1.835	-	-	-	1.835
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	(42)	218.078	218.036
Lucro Líquido / (Prejuízo)		-	-	-	-	218.078	218.078
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego		-	-	-	(42)	-	(42)
Destinações:							
Reservas		-	-	218.078	-	(218.078)	-
Saldos em 30/06/2021	6	9.865.210	12.508.144	1.168.384	4.136	-	23.545.874
Mutações do Período		6.000.000	1.835	218.078	(42)	-	6.219.871
Saldos em 01/01/2022		29.305.271	12.510.356	3.025.229	4.129	-	44.844.985
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações		-	2.444	-	-	-	2.444
Dividendos		-	-	(3.025.229)	-	-	(3.025.229)
Outros		-	-	712	-	-	712
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	1.195	1.502.527	1.503.722
Lucro Líquido / (Prejuízo)		-	-	-	-	1.502.527	1.502.527
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	919	-	919
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior		-	-	-	276	-	276
Destinações:							
Reservas		-	-	1.502.527	-	(1.502.527)	-
Saldos em 30/06/2022	6	29.305.271	12.512.800	1.503.239	5.324	-	43.326.634
Mutações do Período		-	2.444	(1.521.990)	1.195	-	(1.518.351)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Redecard Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado		1.334.688	460.635
Lucro Líquido / (Prejuízo)		1.502.527	218.078
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo):		(167.839)	242.557
Depreciações e Amortizações		172.117	191.184
Amortização de Ágio		21.213	21.964
Tributos Diferidos		8.260	5.776
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(1.314)	(553)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões		3.892	2.731
Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências		25.509	42.467
Resultado de Participações em Investidas		(13.293)	(10.312)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		(379.363)	(10.435)
(Ganho) / Perda na Alienação de Outros Investimentos		-	77
(Ganho) / Perda na Alienação de Imobilizado		(4.860)	(342)
Variação de Ativos e Passivos		(7.197.443)	(4.383.646)
(Aumento) / Redução em Ativos			
Títulos e Valores Mobiliários		(841.127)	(18.838)
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)		(8.180.808)	(1.802.393)
Outros Créditos e Outros Valores e Bens		69.860	(81.697)
Aumento / (Redução) em Passivos			
Provisões e Outras Obrigações		2.107.338	(2.398.598)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(352.706)	(82.120)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		(5.862.755)	(3.923.011)
Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		8.026.655	818.771
(Aquisição) de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		(184)	(869.973)
(Aquisição) de Investimentos		(20.000)	(15.000)
Alienação de Imobilizado		19.437	19.244
(Aquisição) de Imobilizado		(253.255)	(87.178)
(Aquisição) de Intangível		(114.976)	(40.269)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		7.657.677	(174.405)
Aumento de Capital	6a	-	6.000.000
Dividendos Pagos	6b	(2.972.000)	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(2.972.000)	6.000.000
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	2c 1	(1.177.078)	1.902.584
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		1.737.371	2.910.447
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		560.293	4.813.031
Disponibilidades		560.293	456.585
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada		-	4.356.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Redecard Instituição de Pagamento S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para Contas Patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Redecard Instituição de Pagamento S.A. (REDE ou empresa) é uma sociedade anônima que basicamente tem por objeto a coordenação dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, fornecimento de terminais eletrônicos, representação de franquias nacionais e internacionais de meios manuais e eletrônicos de pagamento, entre outras atividades.

As operações da REDE são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 26 de agosto de 2022.

Nota 2 - Políticas Contábeis Significativas

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos, quando aplicável, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

II - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa a compensar na medida em que i) se considera provável que gerará lucro tributável futuro para a sua utilização; e ii) apresente histórico de lucros ou receitas tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais. A realização esperada do ativo fiscal diferido é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos.

III - Provisões, Contingências e Obrigações Legais

As contingências são revisadas periodicamente. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

c) Resumo das Principais Políticas Contábeis

I - Caixa e Equivalentes de Caixa

É definido como caixa, contas correntes em bancos e aplicações financeiras, considerados no Balanço Patrimonial, quando aplicável, nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada) e Aplicações Voluntárias no Banco Central do Brasil com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

II - Aplicações, Captações, Operações Ativas e Passivas

As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizados pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional. As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas *pro rata die*.

III - Títulos e Valores Mobiliários

Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados conforme abaixo:

- **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.
- **Títulos para Negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A hierarquia de valor justo é classificada conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo para ativos financeiros estão definidos abaixo:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras

(somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, utilizam-se modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário.

IV - Outros Créditos e Outras Obrigações

Outros Créditos - Diversos, registra as rendas a receber pela prestação de serviços em arranjo de pagamento, exceto as relativas à execução de transações de pagamento registradas em Relações Interfinanceiras (Ativo e Passivo). Outras Obrigações - Transações de Pagamentos, refere-se a valores a pagar relativos às Obrigações por Transações de Pagamento

V - Outros Valores e Bens

Compostos basicamente por Despesas Antecipadas relativas à pagamentos à terceiros por manutenção de Pontos de Venda (POS) e *softwares*, cujos benefícios econômicos ocorrerão em exercícios futuros.

VI - Investimentos

São reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. Os ágios originados nas aquisições de investimentos são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura ou por sua realização, quando aplicável.

VII - Imobilizado

É contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período. Os ativos são avaliados a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis.

VIII - Intangível

É composto por: (i) Valor de ágio pago na aquisição de sociedade, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirida pela adquirente; (ii) Direitos na aquisição de folhas de pagamento e contratos de associações, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a empresa; e (iii) *Softwares* amortizados em cinco anos e carteiras de clientes amortizados em até dez anos.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

IX - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

São possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, exceto quando a Administração entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada.
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Contingências garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros e com liquidez são reconhecidas quando da notificação judicial, sendo reconhecidos simultaneamente os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

Obrigações Legais, Ações Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

X - Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

O componente diferido, representado pelos ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

XI - Receitas de Prestação de Serviços

São reconhecidas quando a empresa fornece ou disponibiliza os produtos ou serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a empresa espera receber em troca desses produtos ou serviços. As principais receitas referem-se a Cartão de Crédito, que correspondem às taxas cobradas pelo processamento das operações realizadas com cartões e aluguel de máquinas aos estabelecimentos comerciais que são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

XII - Benefícios Pós-Emprego

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo ou ativo, conforme o caso, é reconhecido no Balanço Patrimonial referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado dos fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Nota 3 - Títulos e Valores Mobiliários

As operações realizadas entre partes relacionadas estão detalhadas na Nota 7a.

a) Títulos para Negociação

	30/06/2022		Hierarquia de Valor Justo	31/12/2021
	Custo	Valor Justo		Valor Justo
Títulos de Empresas	16.389.461	16.389.461		15.548.334
Cotas de Fundos	16.389.461	16.389.461		15.548.334
Renda Fixa	16.389.461	16.389.461	2	15.548.334
Total	16.389.461	16.389.461		15.548.334
Circulante		16.389.461		15.548.334
Não Circulante		-		-

b) Títulos Disponíveis para Venda

	30/06/2022		Hierarquia de Valor Justo	31/12/2021
	Custo	Valor Justo		Valor Justo
Títulos Públicos	-	-		3.871.978
Títulos de Empresas	897.913	900.464		4.673.005
Ações	195	2.746	3	-
Certificados de Depósito Bancário	897.718	897.718	2	4.673.005
Total	897.913	900.464		8.544.983
Circulante		2.746		3.871.978
Não Circulante		897.718		4.673.005

Nota 4 - Detalhamento de Contas

a) Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Cartões de Crédito e Débito	1.925.583	1.457.261
Outras	1.320	3.824
Total	1.926.903	1.461.085

b) Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Remuneração	(88.129)	(110.934)
Participação dos Empregados nos Lucros	(20.944)	(35.504)
Benefícios Sociais	(48.726)	(29.843)
Encargos	(50.731)	(42.581)
Outras	(6.838)	(1.403)
Total	(215.368)	(220.265)

c) Outras Despesas Administrativas

	Nota	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança e Transportes		(185.789)	(187.381)
Processamento de Dados e Telecomunicações		(194.241)	(137.646)
Instalações		(36.791)	(46.853)
Depreciação e Amortização		(172.116)	(191.114)
Convênio de Rateio de Custos Comuns	7a	(253.566)	(225.064)
Outras		(50.963)	(26.854)
Total		(893.466)	(814.912)

d) Outras Receitas e (Despesas) Operacionais

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Comercialização - Cartões de Crédito	(203.739)	(196.826)
Reversão de Provisões Operacionais	7.083	24.144
Amortização de Ágios	(21.213)	(21.964)
Operações sem Característica de Concessão de Crédito, líquidas de provisão	(6.508)	10.874
Outras	(28.909)	(13.865)
Total	(253.286)	(197.637)

Nota 5 - Tributos

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	1,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	7,60%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	9,00%	ISS até	5,00%

a) Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Devidos Sobre Operações do Período	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	2.261.724	335.603
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(768.986)	(114.105)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado de Participações em Investidas	4.519	3.506
Incentivos Fiscais	4.198	3.750
Outras Despesas Inedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis ⁽¹⁾	3.310	(9.498)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(756.959)	(116.347)

1) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

II - Despesas Tributárias

Estão representadas basicamente por PIS, COFINS e ISS.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2021	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2022
Refletido no Resultado	123.181	(50.790)	42.440	114.831
Provisões	37.140	(7.115)	10.015	40.040
Provisão para Participação nos Lucros	34.085	(34.085)	21.451	21.451
Provisão para Programa de Recompensa	7.983	(2.205)	3.021	8.799
Outras Provisões Inedutíveis	43.973	(7.385)	7.953	44.541
Refletido no Patrimônio Líquido	13	(13)	-	-
Ajustes ao Valor Justo de Títulos Disponíveis para Venda	13	(13)	-	-
Total ⁽¹⁾	123.194	(50.803)	42.440	114.831

1) Os Ativos Fiscais Diferidos são classificados em sua totalidade como Não Circulante.

II - A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%
2022	24.972	21,7%
2023	25.941	22,6%
2024	9.907	8,6%
2025	4.758	4,1%
2026	4.410	3,8%
acima de 2026	44.843	39,2%
Total	114.831	100,0%
Valor Presente⁽¹⁾	100.717	

1) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos ativos fiscais diferidos apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

c) Obrigações Fiscais Correntes

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar		421.520	84.656
Demais Impostos e Contribuições a Pagar		140.249	125.358
Obrigações Legais		43.754	38.043
Total		605.523	248.057
Circulante		536.043	187.929
Não Circulante		69.480	60.128

Nota 6 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Está representado por 1.798.668.128 ações nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 26/05/2021, foi deliberado o aumento do capital social em R\$ 6.000.000, em dinheiro, com a emissão de 231.062.291 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, homologada pelo BACEN em 12/08/2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30/11/2021, ocorreu a cisão parcial da Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (ITAÚ CIA SEC), pela REDE, com emissão de novas ações. Do patrimônio líquido de R\$ 13.844.321, registrado no balanço patrimonial na data-base da cisão da ITAÚ CIA SEC, foi vertido para REDE, o montante de R\$ R\$ 9.440.061, homologada pelo BACEN em 10/06/2022.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 14/12/2021, foi deliberado o aumento do capital social em R\$ 10.000.000, em dinheiro, com a emissão de 376.502.660 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, homologada pelo BACEN em 20/06/2022.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondente a 1% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Remuneração aos Acionistas

	01/01 a 30/06/2022			01/01 a 30/06/2021		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos	2.972.000	-	2.972.000	-	-	-
Dividendos (Provisionados no período anterior)	2.972.000	-	2.972.000	-	-	-
Provisionados	3.025.229	-	3.025.229	-	-	-
Dividendos Extraordinários	3.025.229	-	3.025.229	-	-	-

Os dividendos provisionados são registrados na rubrica Outras Obrigações - Diversas - Sociais e Estatutárias, quando aplicável.

Nota 7 - Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionista direto ⁽¹⁾: Itaú Unibanco S.A. e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman e a Itaúsa S.A.
- Empresas do Grupo - as participações diretas da REDE, além das demais empresas sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.
- Fundos de Investimentos - fundos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.
- Outras - as participações diretas e indiretas da Itaúsa S.A.; entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding S.A., criados exclusivamente para seus colaboradores; e Fundações e Institutos mantidos por doações do Itaú Unibanco Holding S.A., e pelo resultado gerado pelos seus ativos para viabilização de seus objetivos, bem como a manutenção de estrutura operacional e administrativa.

(1) Em 31/12/2021 o acionista direto era o Banco Itauleasing S.A.

	Taxa Anual	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
		30/06/2022	31/12/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	1.312.242	53.060	50.695
Controladoras		-	1.312.242	53.060	-
Empresas do Grupo		-	-	-	50.695
Títulos e Valores Mobiliários		17.287.179	20.221.339	1.084.052	10.435
Controladoras	100% CDI	897.718	4.673.004	238.637	-
Empresas do Grupo		-	-	-	10.435
Fundos de Investimentos		16.389.461	15.548.335	845.415	-
Relações Interfinanceiras e Interdependências (Posição Ativa e Passiva)		19.105.940	12.652.866	-	-
Controladoras		(3.715.937)	(8.797.955)	-	-
Empresas do Grupo		22.821.877	21.450.821	-	-
Valores a Receber (Pagar) / Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias, Despesas Administrativas e/ou Outras Operacionais		(1.845)	(1.338)	(64.129)	(30.962)
Controladoras		2.897	6.833	(40.338)	-
Empresas do Grupo		(4.742)	(4.108)	(23.770)	(34.183)
Outras		-	(4.063)	(21)	3.221
Aluguéis		-	-	(521)	(1.526)
Controladoras		-	-	(521)	-
Empresas do Grupo		-	-	-	(1.526)
Convênio de Rateio de Custos Comuns		-	-	(253.566)	(225.064)
Controladoras		-	-	(253.566)	-
Empresas do Grupo		-	-	-	(225.064)

b) Remuneração e Benefícios do Pessoal-Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores da empresa no período correspondem a:

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Honorários	(7.204)	(4.086)
Participações no Lucro	(2.238)	(1.178)
Benefícios Pós-Emprego	(319)	(440)
Plano de Pagamento Baseado em Ações	(1.279)	1.038
Total	(11.040)	(4.666)

Nota 8 - Benefícios Pós-Emprego

A empresa patrocina planos de aposentadoria aos seus colaboradores.

Os planos de aposentadoria são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e encontram-se fechados à novas adesões. As entidades possuem estrutura independente e administram os planos conforme as características de seus regulamentos.

Os Planos de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo dos investimentos, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios, considerando resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Apresentamos a seguir a relação dos planos de benefícios e suas modalidades:

Entidade	Plano de Benefício	Modalidade
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar - FIU	Plano de Previdência REDECARD	Contribuição Definida

Os planos de aposentadoria na modalidade Contribuição Definida possuem fundos previdenciais compostos pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes por perda da elegibilidade ao benefício, bem como por recursos oriundos dos processos de migração de planos de aposentadoria na modalidade benefício definido. O fundo é utilizado para aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

a) Principais Premissas Atuariais

As premissas atuariais de natureza demográfica e financeiras devem refletir as melhores estimativas sobre as variáveis que determinam o valor das obrigações de benefício pós-emprego.

A premissa demográfica mais relevante compreende a tábua de mortalidade e as premissas financeiras mais relevantes compreendem: taxa de desconto e inflação.

	30/06/2022	30/06/2021
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Taxa de Desconto ⁽²⁾	9,46% a.a.	7,64% a.a.
Inflação ⁽³⁾	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Actuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

1) Correspondem aquelas divulgadas pela SOA - "Society of Actuaries", aplicando-se um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

2) Determinada com base nos rendimentos de mercado relativos aos Títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) e compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

3) Refere-se a projeção de longo prazo estimada.

b) Gerenciamento de Riscos

As EFPC patrocinadas pela empresa são reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela PREVIC, dispõem de Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Os benefícios oferecidos possuem características de longa duração e os principais fatores envolvidos no gerenciamento e mensuração de seus riscos são risco financeiro, risco de inflação e risco biométrico.

- **Risco Financeiro:** o passivo atuarial do plano é calculado adotando uma taxa de desconto, que pode diferir das taxas auferidas nos investimentos. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá acarretar um déficit. Para mitigar esse risco e assegurar a capacidade de pagar os benefícios no longo prazo, os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar volatilidade e risco de descasamento entre ativos e passivos. Adicionalmente, são realizados testes de aderência nas premissas financeiras para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

- **Risco de Inflação:** grande parte das obrigações estão vinculadas a índices de inflação, tornando o passivo atuarial sensível à alta dos índices. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.

- **Risco Biométrico:** planos que possuem alguma obrigação avaliada atuarialmente estão expostos ao risco biométrico. Caso as tábuas de mortalidade utilizadas não se mostrem aderentes à massa de participantes dos planos, é possível o surgimento de déficit ou superávit na avaliação atuarial. Para mitigar esse risco, são realizados testes de aderência das premissas biométricas para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

Para efeito de registro no balanço das EFPCs que o administram, o passivo atuarial dos planos utiliza taxa de desconto aderente à sua carteira de ativos e fluxos de receitas e despesas, conforme estudo elaborado por consultoria atuarial independente. O método atuarial utilizado é o método agregado, pelo qual o custeio do plano é definido pela diferença entre o seu patrimônio de cobertura e o valor atual de suas obrigações futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

Quando verifica-se déficit no período de concessão acima dos limites definidos legalmente, são realizados contratos de dívida com a patrocinadora conforme políticas de custeamento, os quais afetam as contribuições futuras do plano, sendo definido um plano de equacionamento para tal déficit, respeitando as garantias estipuladas pela legislação vigente. Os planos que se encontram nesta situação são equacionados através de contribuições extraordinárias que sensibilizam os valores de contribuição futura do plano.

c) Evolução do Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

	30/06/2022							
	Planos BD e CV				Planos CD			Total
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	-	-	-	-	5.722	-	5.722	5.722
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3+4)	-	-	-	-	265	-	265	265
1 - Custo Serviço Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
2 - Custo Serviço Passado	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Juros Líquidos ⁽¹⁾	-	-	-	-	265	-	265	265
4 - Outras Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (5+6+7)	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Final do Período	-	-	-	-	5.987	-	5.987	5.987
Valor Reconhecido no Ativo	-	-	-	-	-	-	5.987	5.987
Valor Reconhecido no Passivo	-	-	-	-	-	-	-	-

	31/12/2021							
	Planos BD e CV				Planos CD			Total
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundos Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	-	-	-	-	5.291	-	5.291	5.291
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3+4)	-	-	-	-	404	-	404	404
1 - Custo Serviço Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
2 - Custo Serviço Passado	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Juros Líquidos ⁽¹⁾	-	-	-	-	404	-	404	404
4 - Outras Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (5+6+7)	-	-	-	-	27	-	27	27
5 - Efeito na Restrição do Ativo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Remunerações	-	-	-	-	27	-	27	27
Alterações de premissas demográficas	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de premissas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Experiência do plano ^(2,3)	-	-	-	-	27	-	27	27
7 - Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Final do Período	-	-	-	-	5.722	-	5.722	5.722
Valor Reconhecido no Ativo	-	-	-	-	-	-	5.722	5.722
Valor Reconhecido no Passivo	-	-	-	-	-	-	-	-

1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2022 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos / recebimentos de benefícios / contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 9,46% a.a. (Em 01/01/2021 utilizou-se a taxa de desconto de 7,64% a.a.)

2) Correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado e contemplam as contribuições realizadas pelos participantes.

3) Contempla valores referente a incorporação dos Planos (Plano de Aposentadoria Redecard, Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar) para os Planos (Plano de Benefício Definido Itaucard, Plano de Contribuição Variável Itaucard) respectivamente.

Nota 9 - Informações Suplementares

a) Gerenciamento de Riscos e Capital

A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

Os documentos “Relatório de Acesso Público – Gestão e Controle de Risco de Mercado / Risco de Crédito / Gestão e Controle de Risco de Liquidez e Gestão Integrada Risco Operacional e Controles Internos” que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

b) Efeitos da COVID-19 “Coronavírus”

A empresa monitora os efeitos econômicos da pandemia da COVID-19, que podem afetar adversamente seus resultados, e não identificou, neste período, impactos significativos, porém continua acompanhando e avaliando estes, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos para elaboração das Demonstrações Contábeis.

c) Resultado não Recorrente Regulatório

Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório, líquido dos efeitos fiscais, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Resultado não Recorrente Regulatório	(1.548)	-
Programa de desligamento voluntário (PDV)	(1.548)	-

Redecard Instituição de Pagamento S.A.

***Demonstrações contábeis em
30 de junho de 2022
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Redecard Instituição de Pagamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Redecard Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Redecard Instituição de Pagamento S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligada e controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4